

A VISÃO DE ONG SOBRE “A CULTURA ESCRITA E O PASSADO ORAL”

José Mario Botelho (ABRAFIL e UERJ)
botelho_mario@hotmail.com

Resumo

No subitem “A cultura escrita e o passado oral”, do primeiro capítulo (“A oralidade da linguagem”), Ong (1998) afirma que, nas últimas décadas, muitos estudiosos esboçaram uma nova perspectiva acerca do caráter da linguagem e que foi Saussure o primeiro “a chamar a atenção para a primazia do discurso oral” na comunicação verbal, contrariando a concepção da escrita como forma básica da linguagem. Contudo, as escolas de linguística modernas até muito recentemente fizeram referências à diferença entre a oralidade primária, a oralidade de culturas não afetadas pela cultura escrita, e a cultura escrita, como observa Sampson (1980). Ong aborda a oralidade primária, comparando “a dinâmica da verbalização oral primária e a da verbalização escrita”. Nesta comunicação, portanto, digressionaremos sobre a diferença entre a cultura de oralidade primária e a de oralidade secundária, e as consequências do surgimento da escrita na verbalização oral das sociedades de cultura de oralidade secundária.

Palavras-chaves:

Linguagem. Cultura escrita. Oralidade primária. Oralidade secundária. Passado oral.

1. Introdução

Segundo Ong (1998), a discussão acerca da relação entre a linguagem oral e linguagem escrita se mostra diferente desde Saussure (1969). De fato, Saussure foi o primeiro “a chamar a atenção para a primazia do discurso oral” na comunicação verbal, contrariando a concepção da escrita como forma básica da linguagem.

Inicialmente, os estudos linguísticos buscavam comparar a oralidade e a escrita e concluíam que tais modalidades da língua eram ou iguais ou diferentes. Entretanto, as pesquisas de Chafe (1987) e, posteriormente a de Botelho (2002), ofereceram subsídios para se constatar que

essas modalidades são semelhantes, uma vez que não são estanques, apesar de apresentarem suas particularidades e distintos processos de produção de seus textos.

Já são muitas as pesquisas que buscam estabelecer as características particulares e as comuns entre as modalidades oral e escrita. Houve também alguns estudiosos preocupados em outros aspectos da linguagem, como por exemplo, a identificação de uma cultura oral anterior ao advento da escrita, como Ong, que refletiu sobre como a prática da escrita promoveu uma transformação na oralidade.

Nos dias atuais, tal proposta não tem sido enfatizada, uma vez que fora ultrapassada por novas propostas, que se fundamentam na análise do gênero ou do discurso em situações de uso da linguagem. Ong foi muito criticado na década de oitenta, principalmente por Street (1984), que já desenvolvia estudos acerca das práticas de escrita sob a perspectiva de um modelo denominado “ideológico” – que se relaciona às diversas práticas de letramento. Contudo, não se pode negar que os estudos de Ong reativaram as discussões sobre os aspectos fundamentais da oralidade e da escrita.

Ong ressalta aspectos antropológicos do surgimento da escrita e sua posterior evolução nas sociedades como fatores decisivos para uma discussão conveniente acerca da relação entre a linguagem e o modo de pensar dos membros de sociedades contemporâneas, que são escolarizadas, industrializadas e marcadas pelo conhecimento científico-tecnológico e pela presença dos meios de comunicação de massa.

O autor observa que os usuários passam a ter outra forma de comunicação e expressão do pensamento, porquanto a oralidade ganha um novo perfil, e, principalmente, porque se instauram processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas com o surgimento da escrita como mais uma modalidade para a prática da língua.

Afirma que a linguagem utilizada pelos membros das comunidades da Antiguidade era essencialmente de cultura primária, cuja característica principal era o total desconhecimento da escrita e de tudo que a cultura escrita – cultura de oralidade secundária – pode proporcionar aos seus usuários.

A distinção entre oralidade primária e oralidade secundária torna-se flagrante, pois Ong nos faz observar as suas características particulares e fundamentais: distinguem-se na forma de memorização, no estilo

de comunicação, na estrutura e extensão sintática, na sua psicodinâmica em si, e, sobretudo, nas suas consequências na estrutura mental do ser humano.

Daí, ser o objetivo deste trabalho identificar a oralidade primária e a oralidade secundária, distinguindo-as e assinalando suas características fundamentais, pois são elas subsídios para uma reflexão sobre as consequências do advento da escrita. De fato, acreditamos (BOTELHO, 2002), como Ong (1982 e 1998) e Goody & Watt (1968 e 2006), que a escrita inaugurou um novo homem que pensa e age de forma diferente do homem da época de Homero, por exemplo. Contudo, tal temática não será desenvolvida nesse trabalho, porquanto o nosso objetivo é outro, além de aquela discussão não ser mais necessária para os estudos de linguagem.

Neste trabalho, objetivamos tornar conhecida a visão de Ong sobre o passado oral e sobre o advento da escrita. Logo, faremos a caracterização da oralidade primária e a da oralidade secundária a partir da leitura dos dois primeiros capítulos de *Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra*, de Ong, à semelhança de uma resenha crítica.

Veremos que a escrita era considerada como um mero complemento da oralidade e não como um elemento transformador da verbalização em si. Em seus estudos, Ong tem a escrita como um fenômeno transformador da verbalização, que, além de ser um produto físico, é também o resultado de um processo psíquico.

O autor ressalta a importância da escrita, e reflete sobre as consequências de sua introdução em uma sociedade de cultura oral primária. Para isso, analisa as características distintivas entre a oralidade primária – aquela cujos falantes desconhecem a escrita ou a impressão, e por isso não foram afetados por estas – e a oralidade secundária – característica das sociedades contemporâneas, cujo funcionamento depende da escrita e da impressão, já completamente interiorizadas.

2. Oralidade da linguagem

Nesse primeiro capítulo, em “Cultura escrita e o passado oral”, vimos que, nas últimas décadas, entre os estudiosos, surgiu uma nova perspectiva acerca da linguagem; algumas implicações mais profundas dos contrastes entre oralidade e escrita passaram a ser observadas pelos estudiosos contemporâneos, e que foi Saussure o primeiro “a chamar a

atenção para a primazia do discurso oral, que sustenta toda comunicação verbal, assim como para a tendência predominante, até mesmo entre os estudiosos, a pensar na escrita como forma básica da linguagem” (p. 13). Contudo, convém considerar a ressalva de Sampson (1980), ao observar que

(...) não obstante toda a atenção dada aos sons da fala, as escolas de linguística modernas até muito recentemente apenas de passagem, se tanto, abordaram os modos como a oralidade primária, a oralidade de culturas não afetadas pela cultura escrita, diferenciam-se da cultura escrita. (SAMPSON *apud* ONG, 1988, p. 14)

Para corroborar essa concepção, Ong lembra que Maranda e Maranda (1971 *apud* ONG, 1998, p. 14) chamou a atenção para o fato de os estruturalistas terem analisado detalhadamente a tradição oral, mas sem contrastá-la explicitamente com textos escritos na maioria das vezes. Lembra, também, que Gumperz, Kaltmann e O’Connor (1982) digressionaram acerca da existência de uma grande quantidade de obras, versando sobre as diferenças entre a linguagem escrita e a falada, mas que comparam a linguagem escrita e a linguagem falada de pessoas que sabem ler e escrever.

O objetivo de Ong, contudo, é abordar a oralidade primária, que é “a oralidade de pessoas que desconhecem inteiramente a escrita”, como o faz atualmente a linguística aplicada e a sociolinguística, comparando as duas dinâmicas de verbalização: a da oral primária e a da escrita.

O autor observa que o mais importante contraste entre modos orais e modos escritos de pensamento e expressão ocorreu não na linguística, descritiva ou cultural, mas nos estudos literários, iniciados inquestionavelmente com o estudo de Milman Parry (1902-1935) sobre o texto da *Iliada* e da *Odisseia*. Tais estudos foram concluídos por Albert B. Lord depois da morte prematura de Parry – e complementados pelo estudo posterior de Eric A. Haverlock e outros. Ong ressalta que, segundo Edmonson (1971),

...na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, de todas as milhares de línguas – talvez dezenas de milhares – faladas no curso da história humana, somente cerca de 106 estiveram submetidas à escrita num grau suficiente para produzir literatura – e a maioria jamais foi escrita. Das cerca de 3 mil línguas faladas hoje existentes, apenas aproximadamente 78 têm literatura. (p. 15)

Daí, observar que centenas de línguas ativas não são escritas ainda hoje e que a oralidade básica da linguagem se dá de forma constante.

Para o autor, a escrita, que é a espacialização da palavra, faz com que a potencialidade da linguagem aumente quase ilimitadamente, além de reestruturar o pensamento e converter certos dialetos em “grafoletos”, como observaram Haugen (1966) e Hirsh (1977). Para esses autores um grafoleto é uma língua transdialética, formada por uma prática assídua da escrita. É a escrita que confere a um grafoleto um poder muito maior do que o de um dialeto puramente oral. Ong assume que, para comunicar seus significados, todos os textos escritos estão direta ou indiretamente relacionados ao mundo sonoro – *habitat* natural da linguagem –, uma vez que a escrita não prescinde da oralidade, porquanto a escrita é um “sistema modelar secundário” (p. 16). Segundo ele, a escrita dependente de um sistema primário anterior, que é a linguagem falada.

Ainda nesse subitem do primeiro capítulo, é reforçada a ideia de que o estudo da linguagem concentrava-se nos textos escritos, em virtude da relação do próprio estudo com a escrita, e que o homem das culturas orais primárias, que não eram afetadas por qualquer tipo de escrita, também aprendia muito, possuía e praticava uma grande sabedoria, porém não estudava. Em sua opinião, “quando o estudo, no sentido estrito de análise sequencial ampla, se torna possível com a interiorização da escrita, uma das primeiras coisas que os letrados frequentemente estudam é a própria linguagem e seus usos” (p. 17). Ressalta que isto não é o mesmo que dizer que a escrita tenha levado a oralidade a um encolhimento propriamente dito, mas sim que a consagrou e possibilitou a organização dos “princípios” ou constituintes da oratória em uma “arte científica”. Científica, porque a oratória é um corpo sequencialmente ordenado de explicações que mostram como e por que produz seus vários efeitos específicos.

Assim, categoricamente afirma que “proferido o discurso, não permanecia nada sobre o que se pudesse trabalhar” (p. 18). O estudo se fazia necessariamente a partir dos textos escritos dos discursos – geralmente depois de proferidos e normalmente muito tempo depois.

Finaliza, acrescentando que, “além da transcrição de apresentações orais tais como os discursos, a escrita acabava produzindo composições somente escritas, destinadas à recepção direta da superfície grafada” (p. 18), ou seja, produção escritas para fins literários.

No subitem “Você disse ‘literatura oral’”, ainda do primeiro capítulo, Ong afirma que, “em virtude de sua atenção dirigida aos textos, os estudiosos muitas vezes passaram a presumir, com frequência irrefleti-

damente, que a verbalização oral era essencialmente idêntica à escrita” (p. 18-9). Certamente, eles normalmente lidavam com a escrita e as formas artísticas orais eram simplesmente texto. Daí, a falsa impressão de serem essas formas artísticas desorganizadas e não merecerem um estudo sério.

Apesar de ressaltar o fato de ter-se adensado, desde a metade do século XVI, uma percepção das relações complexas entre fala e escrita (COHEN, 1977), afirma que “o domínio inabalável da textualidade sobre o pensamento erudito evidencia-se no fato de que até hoje não se formularam conceitos que permitam uma compreensão satisfatória – para não dizer menos desfavorável – da arte oral como tal, sem referência, consciente ou inconsciente, à escrita” (p. 19), como é o caso do termo “literatura oral”.

Observa que há o termo “literatura”, do latim “*literatura*”, de “*litera*”: “letra do alfabeto”, que significa efetivamente “escritos”, porém não há nenhum termo ou conceito que se refira a uma herança puramente oral do tipo histórias orais tradicionais, provérbios, preces e expressões formulares.

Em seguida, Ong resgata o conceito de “oralidade primária” – a oralidade de uma cultura desprovida totalmente de conhecimento da escrita ou da impressão – e a compara com a “oralidade secundária”, que define como sendo a oralidade tecnologizada (Cf. BOTELHO, 2002a):

(Oralidade) da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. Atualmente, a cultura oral primária, no sentido restrito, praticamente não existe, uma vez que todas as culturas têm conhecimento da escrita e sofrem alguns de seus efeitos. Contudo, em diferentes graus, muitas culturas e subculturas, até mesmo num meio de alta tecnologia, preservam muito da estrutura mental da oralidade primária. (p. 19)

Apesar disso, admite não ser fácil imaginar a tradição puramente oral ou a oralidade primária em si. Na verdade, não temos nem mesmo como criar uma analogia que pudesse nos dar a clara noção de como funcionava a comunicação e transmissão de conhecimento na cultura de oralidade primária. A escrita fez e faz com que as palavras e as coisas sejam semelhantes, visto que pensamos nas palavras e não em seus referentes; vemos e quase que tocamos nas palavras em livros e outros escritos. As palavras escritas constituem resíduos da linguagem; as palavras faladas praticamente não deixam resíduos, porque não tem um depósito,

voam no vento.

Passa a criticar a erudição por certas produções de conceitos, que denomina “monstruosos”, como é o caso de “literatura oral”, que permanece em circulação ainda hoje. Em seguida, afirma que, embora as palavras estejam fundadas na linguagem falada, a escrita tiranicamente as encerra para sempre num campo visual.

Para o autor, “pensar numa tradição oral ou numa herança de apresentações, gêneros e estilos orais como ‘literatura oral’ é pensar em cavalos como automóveis sem rodas” (p. 21). Uma descrição apofática (negativa) para “automóvel sem roda” daria um conceito estranho a “cavalos” àqueles que nunca tiveram visto um. Para Ong, “não é possível, sem causar uma distorção desastrosa, descrever um fenômeno primário, começando por um fenômeno subsequente secundário e comparando as diferenças” (p. 19).

Depois, faz alusão ao termo “pré-cultura escrita”, que é útil e, em muitos casos, necessário, advertindo para os eventuais problemas semelhantes de um uso inadequado, mesmo que não sejam tão evidentes quanto aos provocados pelo termo “literatura oral”. Para o autor, “‘pré-cultura escrita’ apresenta a oralidade – o ‘sistema modelar primário’ – como um desvio anacrônico do ‘sistema modelar secundário’ que o sucedeu” (p. 20). Também faz alusão a “texto” de uma enunciação oral como sendo conveniente, porquanto sua etimologia se relaciona com “tecer” e, portanto, etimologicamente tem mais a ver com a enunciação oral do que ‘literatura’, que etimologicamente se liga a letras (*litterae*) do alfabeto. Não obstante, observa que quando se usa hoje o termo “texto” para fazer referências à apresentação oral, faz-se uma analogia com a escrita.

Para as apresentações orais, Ong sugere o termo “vocalizações”, que lhe parece conveniente, embora reconheça que haja a carência de um termo mais genérico que abrangesse tanto a arte puramente oral quanto a literatura. Observa que “hoje, felizmente, o termo ‘literatura’ está perdendo terreno, mas é bastante provável que eliminá-lo por completo seja uma batalha nunca inteiramente vencida” (p. 23).

Assume que há nas culturas orais realizações verbais impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que deixam de ser possíveis quando a escrita se apodera da psique. Mas a consciência humana só pôde atingir o ápice de suas potencialidades a partir do advento da escrita. Sem ela, não é capaz de outras criações belas e impressionantes.

Finalizando esse subitem e, conseqüentemente, o capítulo, Ong afirma categoricamente que “difícilmente haverá uma cultura oral ou uma cultura predominantemente oral no mundo, hoje, que não esteja ciente da enorme pletora de capacidades absolutamente inacessíveis sem a cultura escrita” (p. 23).

3. A descoberta moderna das culturas orais primárias

Depois de esclarecida a concepção de Ong acerca das oralidades primária e secundária e do processo de tecnologização da fala, passemos para o segundo capítulo, o qual o autor inicia com o subitem “As primeiras percepções da tradição oral”, em que faz referências às manifestações orais bíblicas no livro do Velho Testamento, ressaltando que Qoheleth (“orador de assembleia”, em hebraico) procurou encontrar ditos agradáveis e verdadeiros e registrá-los por escrito e com exatidão, segundo Eclesiastes 12: 9-10.

Observa que dos compiladores de florilégios medievais a Erasmo (1466-1536) ou Vicesimus Knox (1752-1821) e outros que vieram depois deles, deram continuidade aos registros escritos dos ditos da tradição oral, embora “a maioria dos compiladores selecionasse os ‘ditos’ não diretamente de sua enunciação oral, mas de outros escritos” (p. 25).

Ainda nesse subitem, comenta sobre a resistência de linguistas do século passado em relação à ideia da distinção entre linguagem falada e linguagem escrita. Lembra que Saussure, a despeito das novas concepções sobre a oralidade daquele século, também concebia a escrita como um simples representante da linguagem falada em forma visível (SAUSSURE, 1975, p. 34), como fizeram outros iminentes linguistas.

Em seguida, passa a tratar de “A questão homérica”. Ong inicia o item, observando que nos últimos dois milênios os estudiosos de culturas escritas trataram a questão homérica sob visões de diversas naturezas.

O autor ressalta que “a questão homérica” surgiu, no século XIX, da crítica erudita sobre Homero. Tal crítica alcançara sua maturidade com a crítica erudita da Bíblia, embora suas raízes se encontrassem já na Antiguidade Clássica. Os conhecedores das letras fizeram vários comentários acerca de Homero: há os que chegaram a pensar que Homero não sabia escrever.

Desde o início, inibições profundas interferiram no nosso modo de ver os poemas homéricos como aquilo que realmente são. A *Iliada* e a *Odisséia* têm

sido geralmente consideradas, da Antiguidade até o presente, como os mais exemplares, os mais verdadeiros e os mais inspirados poemas seculares da herança ocidental. (p. 27)

Essa poesia “primitiva” era considerada pelo movimento romântico um estágio de cultura satisfatório e serviu de modelo para aquela época, em virtude das qualidades a elas atribuídas.

Na opinião de Ong, o classicista americano Milman Parry (1902-1935) foi quem conseguiu superar o chauvinismo cultural e penetrar na poesia homérica “primitiva”, a despeito da opinião dos estudiosos de sua época, os quais contrariavam a visão estabelecida do que a poesia ou os poetas deveriam ser. A *Ilíada* e a *Odisseia* foram atacadas por vezes, como o fez François Hédelin no século XVII, num sentido mais de polêmica retórica do que de verdadeiro conhecimento. Para esse autor, a *Ilíada* e a *Odisseia* têm enredos deficientes, são pobres quanto à caracterização e ética e teologicamente indignos, além de afirmar que nunca houvera um Homero e que aqueles seus poemas épicos nada mais eram do que coleções ou rapsódias escritas por outros, numa verdadeira demonstração de parcialidade e preconceito, uma vez que era o Abade de Audignac e de Maimac.

De fato, os poemas só foram reunidos 500 anos depois, na época de Pisítrato (por volta de 720 a. C.), a quem Cícero atribuiu a revisão e reunião dos poemas.

Assim como o Abade François Hédelin, outros também acreditavam que nunca houvera um Homero, como é o caso do filósofo italiano Giambattista Vico, para quem os poemas de Homero eram, de fato, criações de todo um povo. Outros, porém, acreditavam na sua existência, mas que ele não era letrado e que a sua poesia era fruto do poder da memória, como é o caso do diplomata e arqueólogo inglês Robert Wood. Já Jean-Jacques Rousseau acreditava na provável ideia de que Homero e seus contemporâneos desconheciam a escrita.

Os analistas do século XX consideravam aqueles poemas como combinações de poemas e de fragmentos mais antigos e passaram a se preocupar com a sua organização como simples textos. Segundo Ong, Adam Parry asseverou que

(...) eles (os analistas) foram seguidos, inevitavelmente, pelos unitaristas, muitas vezes literatos bem intencionados, devotos inseguros que lutavam com dificuldades, que sustentavam serem a *Ilíada* e a *Odisseia* tão bem estruturadas, tão coerentes em sua caracterização e em geral tão bem sucedidas como arte que não poderiam ser a obra de uma sucessão desorganizada de redatores,

Mas essas ideias sofrem algumas mudanças com a descoberta de Milman Parry.

No subitem “A descoberta de Milman Parry”, Ong começa, comentando que Adam Parry, o filho de Milman Parry, esboçou de modo esplêndido o fascinante desenvolvimento do pensamento do pai desde a apresentação de sua dissertação de mestrado, no início dos anos 20, até 1935, quando morreu prematuramente.

Ong assinala que o axioma fundamental do pensamento de Parry: “a subordinação da escolha dos vocábulos e das formas vocabulares à forma do verso hexâmetro (oralmente composto)’ nos poemas homéricos (ADAM PARRY, 1971, p. xix), fora antecipada na obra de J. E. Ellendt e H. Düntzer” (p. 29), e que outros elementos do seu pensamento também tiveram sido abordados por outros estudiosos: Arnold van Gennepe já tratara da estruturação formular daquela poesia; M. Murko, da memória de estruturas longas; e o padre jesuíta Marcel Jousse estabelecera as diferenças entre a oralidade dessas culturas e a escrita. Embora esses tivessem sido os precursores, a visão de Parry era inédita, pois tudo nos leva a crer que aqueles estudiosos não eram conhecidos por ele no início de seus estudos.

Ong resume a tese de Parry da seguinte forma:

Virtualmente, todo traço distintivo da poesia homérica deve-se à economia imposta pelos métodos orais de composição. Estes podem ser reconstruídos por um estudo detalhado do próprio verso quando nos desvencilhamos dos pressupostos sobre os processos de expressão e de pensamento arraigados na psique por gerações de cultura escrita. (p. 30)

Como os poetas orais normalmente não memorizavam palavra por palavra de seu poema, para Ong está claro que a seleção dos vocábulos por qualquer poeta que componha segundo a métrica sempre é determinada pelas necessidades métricas. Contudo, não ignora que os termos métricos apropriados de alguma forma apresentam-se, de forma espontânea e imprevisível, à imaginação poética, relacionado apenas ao “gênio”, que é uma habilidade inexplicável. Em princípio, se pensava que o poeta, ao usar fragmentos de poemas anteriores, moldava-os à sua própria “natureza”. Porém, certas práticas contrariavam tal pressuposto, como o dicionário de expressões que existia na época pós-clássica e no século XIX e o *Gradus ad Parnassum*, o qual ajudava os estudantes nos seus primeiros poemas.

Convém ressaltar que tal procedimento não era tolerável em poetas competentes; suas frases deveriam ser metricamente ajustadas. Exigia-se dele o “engenho”, nessa época; mais tarde, inclusive, exigiu-se que o poeta fosse como o próprio Deus, pois do material pré-fabricado só os iniciantes ou os poetas medíocres faziam uso. E Homero, certamente, não pode ser considerado um poeta iniciante nem medíocre. É provável que Homero tivesse sido um “gênio” nato, como o precoce Mwindo, poeta épico *nyanga*, o Pequenino-Recém-Nascido-Que-Andava.

De fato, a ideia do uso de clichês não agradava os letrados convictos, os quais eram educados a repeli-los. Conviver com o fato de que os poemas de Homero eram feitos de clichês ou de estruturas formulares não era fácil, mormente quando o trabalho de Parry veio à baila e foi continuado por estudiosos posteriores. Ong assevera que poucas palavras na *Iliada* e na *Odisseia* não constituíam parte de fórmulas devastadoramente predizíveis. Convém lembrar que se constata que “um repertório de temas semelhantes é encontrado na narrativa oral e em outros discursos orais em todo o mundo” (p. 32).

Explica-se a linguagem dos poemas homéricos “não como uma superposição de vários textos, mas como uma linguagem gerada através dos anos por poetas épicos que utilizavam antigas expressões prontas que preservaram e/ou reelaboraram, em boa medida com finalidade métrica” (p. 32). Segundo o autor, a linguagem de Homero era um grego construído pela prática, transmitida pelos poetas; não era um grego que jamais tivesse sido falado na vida cotidiana.

Eric Havelock, posterior a Parry, demonstrou que os gregos da época de Homero valorizavam os clichês, já que o mundo noético (da inteligência e do pensamento) oral apoiava-se na constituição formular do pensamento. Numa cultura oral, para não se perder, o conhecimento adquirido devia ser repetido constantemente. A sabedoria se efetivava a partir de padrões de pensamento fixos, formulares. A mudança só surgiu mais ou menos 300 anos depois do desenvolvimento do alfabeto grego (por volta de 720 e 700 a. C.) com a consolidação da escrita por volta do século V a. C., com Platão. Surge, então, uma nova maneira de estocar conhecimento: as fórmulas mnemônicas passam a ser substituídas pelo texto escrito. O texto escrito libertava a mente e possibilitava o pensamento mais original, mais abstrato. Tanto que “Platão excluiu os poetas de sua república ideal, fundamentalmente (se não de modo totalmente consciente) porque se encontrava num novo mundo noético de feitio qui-

rográfico, no qual a fórmula ou o clichê, amados por todos os poetas tradicionais, eram obsoletos e contraproducentes” (p. 33).

Surgem as implicações dessa nova concepção em relação ao mundo noético pós-Platão – antagonica em relação à identificação da cultura ocidental com Homero como parte de uma idealizada Antiguidade grega. Nem mesmo Platão, na época, se dera conta da importância da antiga civilização grega para o mundo todo, a qual começava a se mostrar de uma forma totalmente nova. Os gregos assinalavam o ponto em que a cultura escrita alfabética, profundamente interiorizada, por aqueles antigos gregos entrava em choque diretamente com a oralidade.

Em Parry, o conceito da fórmula deu origem ao estudo do verso hexâmetro grego, que se define como sendo “um grupo de palavras, cujo emprego regular se efetiva sob as mesmas condições métricas na expressão de uma determinada ideia essencial”. Segundo Ong, David E. Bynum explorou mais intensamente esse estrato e observou que

(...) ‘as ideias ‘fundamentais’ de Parry muito ‘raramente’ constituem as unidades que a concisão da definição de Parry, ou a brevidade usual das próprias fórmulas, a convencionalidade do estilo épico, ou a banalidade da maioria das referências lexicais das fórmulas podem sugerir’ (BYNUM, 1978, p. 13). (p. 34)

Bynum distinguiu elementos formulares e expressões formulares, que caracterizavam a poesia oral, na qual apareciam e reapareciam em grupos. Ong ressalta que, segundo Bynum, “os grupos constituem os princípios organizadores das fórmulas, de modo que a ‘ideia fundamental’ não é passível de uma formulação clara, direta, mas, sim, uma espécie de complexo ficcional reunido inteiramente no inconsciente” (p. 35).

Ong observa que a fórmula oral e o seu funcionamento dependem da tradição em que ela se efetiva, embora exista uma ampla base comum em todas as tradições e que é isso que valida o seu conceito.

Ong afirma, ainda, que o pensamento e a expressão formular orais fixam-se na consciência e no inconsciente. Por essa razão, não desaparecem tão logo alguém, que a eles se habituou, use uma caneta. De fato, o estilo formular é caracterizador não só da poesia, mas também do pensamento e da expressão na cultura oral primária.

Finalizando esse subitem, conclui que inicialmente a mente não possui recursos quirográficos e que muito gradativamente torna-se a escrita uma composição escrita – tipo de discurso poético ou não. Conclui, também, que essa composição escrita é construída sem a sensação de que quem a escreve esteja falando em voz alta, como provavelmente ocorrera

com os primeiros escritores ao comporem seus textos escritos.

No último item desse capítulo, intitulado “Estudos resultantes e correlatos”, o autor ressalta que muitas das conclusões e observações de Milman Parry receberam alterações posteriores por estudiosos como Stoltz e Shannon (1976) entre outros, mas que também causaram uma revolução benéfica nos estudos sobre Homero e em outros, da antropologia à história literária. Também outros estudiosos desenvolveram seus estudos a partir daquelas conclusões e observações de Parry, como é o caso de Albert B. Lord e Eric A. Havelock, os mais conhecidos, e de tantos outros.

Havelock, em *Preface to Plato* (1963), “estendeu as descobertas de Parry e Lord sobre a oralidade na narrativa épica a toda a cultura grega antiga oral, e demonstrou de modo convincente, como os inícios da filosofia grega estavam estreitamente ligados à reestruturação do pensamento produzido pela escrita” (p. 37).

Em seguida, Ong ressalta a atuação da antropologia no desenvolvimento dos estudos sobre a oralidade, observando que os antropólogos buscaram respaldo não só em Parry, Lord, Havelock, mas também em outros estudiosos, incluindo o próprio Ong. O antropólogo Jack Goody “mostrou, de modo convincente, de que maneira mudanças até então rotuladas como mudanças da magia para a ciência, ou do chamado estado de consciência ‘pré-lógico’ para outro cada vez mais ‘racional’, ou da mente ‘selvagem’, de Lévi-Strass, para o pensamento domesticado, podem ser explicadas de maneira mais econômicas e convincentes como mudanças da oralidade para vários estádios de cultura escrita” (p. 38-9).

Observa que é crescente em certos círculos da oposição refinada entre oralidade e cultura escrita, e rara em outros, onde tal oposição poderia ser útil, e afirma que “os estágios iniciais e tardios da consciência que Julian Jaynes (1977) descreve e relaciona a mudanças neurofisiológicas na mente bicameral poderiam também se prestar em boa medida a uma descrição mais simples e mais comprovável da mudança da oralidade para a cultura escrita” (p. 39).

Finaliza o item e, conseqüentemente, o segundo capítulo, observando que “seja qual for a aplicação que se faça das teorias de Jaynes, não deixa de causar espanto a semelhança entre as características da psique primitiva, ou ‘bicameral’ como Jaynes a descreve – falta de introspecção, de audácia analítica, de preocupação com a vontade como tal, de uma percepção de diferença entre passado e futuro – e as características

da psique nas culturas orais não apenas do passado, mas até mesmo nos dias de hoje. (...) A bicameralidade pode significar simplesmente oralidade” (p. 40), questões que precisam ser mais bem investigadas.

4. Considerações finais

Fica mais do que comprovado que, com o advento da escrita, os usuários passaram a ter uma nova forma de comunicação e expressão do pensamento. A oralidade ganhou outro perfil, e se instauraram processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas com o surgimento da escrita como mais uma modalidade para a prática da língua.

De fato, a linguagem entre os membros das comunidades da Antiguidade era essencialmente de cultura primária. Eles desconheciam a escrita e as consequências do seu conhecimento e desenvolvimento.

A distinção entre oralidade primária e oralidade secundária, portanto, efetivou-se com os estudos de Ong. O autor demonstrou que elas se distinguem na forma de memorização, no estilo de comunicação, na estrutura e extensão sintática, na sua psicodinâmica em si, e, sobretudo, nas suas consequências na estrutura mental do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, J. M. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Tese de doutorado em letras – Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Oralidade e escrita, como práticas sociais. *Amarantes e Depois – Revista da Pós-Graduação em Língua Portuguesa* da FFP-UERJ, Ano I, n. 1, 2/2002a, p. 57-74.

_____. O isomorfismo entre as modalidades da língua. *Cadernos do CNLF*, Ano VII, n. 7, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003, p. 157-77.

_____. A tecnologia da fala, sob a perspectiva do letramento. In: BOTELHO, J. M. (Org.) *et al. Estudos reunidos: linguagem, literatura e gramática*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005, p. 11-8.

CHAFE, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R. et al (Eds.). *Literacy, Language and Learning: the nature and consequences of reading and writing*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 105-23.

CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, R.; SAMUELS, S. J. (Eds.). *Comprehending oral and written Language*. New York: Academic Press, 1987, p. 83-113.

CHAFE, W.; TANNEN, D. The relation between written and spoken language. [s.i.: s.n.], *American Anthropological Review Antropol.* 1987, p. 383-407.

GOODY, J.; Watt, I. The consequences of literacy. In: GOODY, J. (Ed.), *Literacy in traditional societies*. London: Cambridge University Press, 1968.

_____. *As consequências do letramento*. Trad. de Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Palistana, 2006. (Coleção Biblioteca Básica)

FÁVERO, L. L. et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KATO, M. A. (Org.). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

ONG, W. J. *Orality and literacy: The technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.

_____. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TANNEN, D. The oral/literate continuum in discourse. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood: Ablex, 1982b.